



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

REUNIÃO DE 27 DE MAIO DE 2020

Informação

sobre a discussão do

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 434/XIV/1 (BE) - TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: A RESPOSTA À CRISE PANDÉMICA, SOCIAL E ECONÓMICA

E

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 444/XIV/1 (PAN) - RECOMENDA AO GOVERNO QUE EFETUE UMA TRANSIÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL SUSTENTÁVEL NO DECURSO DA CRISE DA COVID-19

O Projeto de Resolução n.º 434/XIV/1.º (BE) – «*Transição ecológica: a resposta à crise pandémica, social e económica*», deu entrada na Assembleia da República em 8 de maio de 2020, tendo baixado à Comissão no dia 11 de maio, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

O Projeto de Resolução n.º 444/XIV/1.º (PAN) – «*Recomenda ao Governo que efetue uma transição económica e social sustentável no decurso da crise da Covid-19*», deu entrada na Assembleia da República em 12 de maio de 2020, tendo baixado à Comissão no dia 13 de maio, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Em reunião da Comissão realizada no dia 27 de maio de 2020, a discussão dos referidos Projetos de Resolução fez-se em conjunto.

O Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE foi apresentado pelo senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)**. Referiu que a redução da atividade económica em resultado da crise pandémica e o relançamento da economia na pós-pandemia com recurso a apoios públicos deve ser feita com base em critérios de transição ecologia, criação de emprego e de justiça



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

C COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

social. Salientou que a crise pandémica veio acentuar as desigualdades sociais e a destruição de emprego, cujos efeitos negativos devem agora ser mitigados com o relançamento da economia, ao mesmo tempo que provocou um intervalo na emissão de gases efeito estufa, cujos impactos positivos para o ambiente e para a crise climática devem ser transformados em benefícios estruturais com o relançamento da economia. O Grupo Parlamentar do BE considera por isso que o modelo económico existente antes da crise pandémica não pode ser replicado no futuro, sob pena de serem repetidos os mesmos erros do passado que conduziram à crise climática e ao empobrecimento dos trabalhadores. Defende por isso que os apoios públicos destinados ao relançamento da economia devem ficar condicionados à recuperação dos rendimentos do trabalho e à adaptação das empresas a uma transição ecológica. Considera que esta crise pandémica, foi potenciada pela destruição de habitats e pela produção industrial massificada nomeadamente de proteína animal, pelo que o modelo de produção e de consumo existentes antes da crise pandémica requerem igualmente uma adaptação para o futuro, apostando na produção agroalimentar mais localizada, menos massificada e com fontes mais diversificadas, nomeadamente de proteína, desta forma contribuindo para a redução da pegada de carbono, para o aumento da segurança alimentar e satisfação das necessidades das populações de forma sustentável e não para o aumento das necessidades de lucro das empresas. Neste enquadramento, passou a elencar resumidamente as recomendações que o Grupo Parlamentar dirigia ao Governo na sua iniciativa.

O Senhor **Deputado André Silva (PAN)** fez a apresentação do Projeto de Resolução apresentado pelo seu Grupo Parlamentar referindo que o modelo económico que tinha vindo a ser aplicado em Portugal, de produção e extração ilimitada de recursos não podia continuar. Considerou que o plano de recuperação económica da país pós pandemia deve estar assente em políticas de investimento direcionadas para a descarbonização da economia, proteção da biodiversidade e adaptação às alterações climáticas, dado que são estas que permitem salvar vidas e ao mesmo tempo garantir impactos positivos na economia, a independência produtiva do país e maior equidade para todos. Entende que esta transição ecológica deve ser socialmente justa, ficando garantidos os direitos dos trabalhadores. O futuro de um país resiliente e sustentável passa por



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

C COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

isso, no entendimento do PAN, pela adoção das medidas concretas que recomenda ao Governo na sua iniciativa e que passou a elencar.

Intervieram na discussão dos dois projetos de resolução as Senhoras e os Senhores Deputados Alexandre Quintanilha (PS), Hugo Carvalho (PSD) e Alma Rivera (PCP), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

O Senhor Deputado Alexandre Quintanilha (PS) disse que os dois projetos de resolução se complementavam e que iam de encontro com aquela que tem vindo a ser a ação governativa, a qual, aliás, está alinhada com o Pacto Ecológico Europeu, apostado em alcançar a neutralidade carbónica em 2050 e ao mesmo tempo na criação de riqueza e bem-estar através de projetos promotores da mobilidade sustentável, da bio economia, economia circular e uso eficiente de recursos, bem como da adaptação e valorização do território e do seu capital natural. Referiu que ao nível da floresta e da agricultura, muitas das recomendações que são apresentadas nas iniciativas já estavam em curso por ação do Governo, tais como o Programa Nacional de Ordenamento do Território e a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica que estão em linha com políticas europeias como PAC, o “Green Deal” e o “FARM TO FORK”. Identifica como desafios futuros aos quais deve ser dada resposta: o armazenamento da energia, a diversificação das fontes de energia, o papel dos oceanos, o aproveitamento da engenharia genética das plantas para poupar água e aumentar o seu valor nutritivo e as mega cidades enquanto ambientes privilegiados para a propagação de doenças infecciosas. Disse que o Grupo Parlamentar do PS considera que estas respostas devem ser dadas numa futura Lei de Bases do Clima, que deseja ser aberta a um debate profundo com todos os “*stakeholders*”, com o envolvimento das várias Comissões com competência nestas matérias.

O Deputado Hugo Carvalho (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar saudava ambas as iniciativas, porquanto, o que os Portugueses mais desejam é uma recuperação sustentável da economia, que defende dever ser feito através de um investimento público verde. Deste modo, embora discordasse em concreto com algumas das recomendações constantes das iniciativas,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
C COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

reconheceu e concordou genericamente com os princípios importantes que lhes estavam subjacentes.

A **Senhora Deputada Alma Rivera (PCP)** manifestou discordância com a abordagem generalista e ampla com que ambas as iniciativas foram apresentadas, as quais poderiam ser facilmente reduzidas a uma única recomendação consubstanciada na mudança da política económica do País e na reorganização da sociedade Portuguesa, assente na premissa de que o capitalismo não é verde. Discordou em concreto com a recomendação do PAN relacionada com o teletrabalho, na medida em que são conhecidos os abusos por parte das entidades patronais sobre os trabalhadores ao nível dos horários, carga laboral e mesmo invasão da sua privacidade. Discordou também com as recomendações que condicionavam a atribuição de apoios estatais apenas às empresas que caminhassem para uma transição ecológica, e com aquelas que faziam referência à Banca, na medida em que o PCP defende que o Estado deve recuperar o controlo do setor bancário para poder fazer investimentos sustentáveis. Por último, referiu que as propostas relacionadas com os circuitos curtos ou cadeias curtas de produção parecem omitir as imposições da União Europeia, que pugnam por um circuito inverso.

Em resposta à Senhora Deputada do PCP, o Senhor **Deputado André Silva (PAN)** referiu que o seu grupo parlamentar defende o recurso ao teletrabalho devidamente regulamentado, precisamente para evitar abusos por parte das entidades patronais, dado que ao evitar a deslocação destes trabalhadores para seu o local de trabalho estariam a contribuir para a descarbonização da economia. Terminou afirmando que se o capitalismo não é verde, o modelo económico da China e que o PCP defende também está longe de o ser. Também em resposta à Senhora Deputada do PCP, o senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** afirmou que não sendo o capitalismo verde, o seu grupo parlamentar defende e pugna por um socialismo verde.

A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível através do link http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200527_2_VC.mp3, dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, fazendo parte integrante da presente informação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

C COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

Realizada a discussão, os Projetos de Resolução encontram-se em condições de poderem ser agendados, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 27 de maio de 2020.

O Presidente da Comissão,

(José Maria Cardoso)

